



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679756 - PR (2021/0217328-0)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : SAMUEL DA ROCHA SOUZA
ADVOGADO : SAMUEL DA ROCHA SOUZA - PR074215
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : JACKSON DE MATTOS SOARES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JACKSON DE MATTOS SOARES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (00302809820218160000).

O paciente foi preso em flagrante, em 29/4/2021, pela suposta prática do crime de tráfico de drogas. A prisão foi convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que "é evidente o constrangimento ilegal sofrido pelo paciente tanto em primeiro grau quanto em segundo grau, sendo de rigor a concessão da ordem" (fl. 13).

Requer, liminarmente, "a concessão da medida liminar com a revogação da prisão preventiva ante a ausência do perigo da liberdade, conforme exposto, com a aplicação de cautelar diversa da prisão nos moldes do artigo 319 do CPP" (fl. 14). No mérito, pugna pela concessão da ordem no mérito em definitivo ante os argumentos expendidos e as ilegalidades apontadas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente